

## Crise política e agenda fiscal

Rogério L. Furquim Werneck\*

Como a atual política econômica, concebida e moldada para lidar primordialmente com a estabilização, terá de evoluir nos próximos anos, para também assegurar crescimento econômico rápido e prolongado, com decisiva redução da desigualdade social? Parte crucial da resposta a essa pergunta envolve questões de natureza fiscal. O principal desafio da política econômica vai ser agora saber conciliar com sucesso as múltiplas agendas fiscais com que terá de lidar.

Nos últimos anos o quadro macroeconômico do País sofreu mudança fundamental, marcada por forte assimetria. Embora tenha havido inegável melhora das contas públicas, do lado das contas externas a evolução foi incomparavelmente mais favorável. Tendo em vista o colossal ajuste do balanço de pagamentos, já não cabe dúvida de que a questão fiscal passou a ser o nó górdio da política econômica.

O que torna especialmente complexo o equacionamento dessa questão é o fato de que não há uma única agenda fiscal. Com algum esforço de consolidação e simplificação, pode-se pensar em pelo menos quatro grandes agendas fiscais superpostas, de conciliação um tanto problemática. A primeira aponta para a importância de se reduzir o tamanho do setor público. Vislumbra aprofundamento do ajuste fiscal, com corte de gastos, de forma a assegurar redução substancial do endividamento público e queda estrutural da taxa de juros. A segunda agenda parece sugerir que, muito ao contrário, há boas razões para ampliar o dispêndio governamental, tendo em vista carências inadiáveis de investimento público e gastos sociais. A terceira, sem preconizar redução do dispêndio agregado, tenta entrever possibilidades de racionalização do gasto público, para abrir espaço nos orçamentos dos três níveis de governo para dispêndios mais defensáveis. E a quarta está centrada na urgência de se racionalizar as muitas formas pelas quais os três níveis de governo vêm extraíndo da economia cerca de 37% do PIB em tributos.

As tensões do federalismo fiscal perpassam cada uma dessas agendas. O que aumenta ainda mais a complexidade do problema de conciliá-las. Muitas das mudanças propostas afetam a repartição de recursos fiscais e a distribuição de encargos de dispêndio no âmbito da Federação. Outras envolvem a autonomia fiscal dos governos subnacionais e as dificuldades da Lei de Responsabilidade Fiscal e do controle do endividamento de Estados e municípios pelo governo central.

Reordenar e redimensionar a extração e o uso de recursos fiscais, que já representam cerca de 40% do PIB, é o principal desafio com que hoje se defronta a economia. É tarefa imensa que, nos próximos anos, deve colocar à prova a capacidade de ação

coletiva da sociedade brasileira. As possibilidades de expansão da economia e da construção de uma sociedade mais justa estarão condicionadas pelo grau de sucesso que o sistema político do País for capaz de mostrar em resposta a esse desafio.

Idealmente, a campanha eleitoral de 2006 deveria propiciar excelente oportunidade para discutir propostas para enfrentar esse desafio. A grande dúvida é em que medida tal debate de fato ocorrerá. Às voltas com grave crise política, que promete ser longa, o País parece fadado a se preparar de forma atabalhoada para as eleições. Com a desarticulação política provocada pela crise e um quadro eleitoral muito mais incerto do que se imaginava há poucos meses, é bem possível que surja um número relativamente grande de candidatos relevantes dispostos a tentar a sorte no primeiro turno da eleição presidencial. Especialmente se cair a verticalização. É possível também que tais candidatos só venham a ser escolhidos tardiamente, no limite do prazo legal, em junho, ao cabo de disputas internas acirradas que deixem sérias dúvidas sobre o respaldo que poderão esperar de seus próprios partidos.

Se de fato for essa a configuração da disputa eleitoral, é pouco provável que os candidatos tenham tempo, disposição e estímulo para fugir ao discurso vago e desenvolver propostas mais específicas. Tal como na eleição de 2002, quando nenhum dos candidatos se dignou a tratar de questões fiscais, o tema poderá voltar a passar em brancas núvens. A menos que, desta vez, a opinião pública seja capaz de cobrar dos candidatos posições claras sobre a agenda fiscal.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.